

Nascido em 5 de junho de 1972, na freguesia de S. Pedro, concelho de Gouveia, distrito da Guarda.

#### 2 — Habilitações académicas

12.º ano, via de ensino, 1.º curso.  
Frequência universitária do Curso de Psicologia no Instituto Superior de Psicologia Aplicada.  
Frequência universitária do Curso de Direito na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

#### 3 — Experiência profissional:

Desde 24 de outubro de 1996 e até 31 de dezembro de 2011, contratado ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça.

Desde outubro de 1999, desempenha funções de apoio informático, documental, legislativo e de expediente aos gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça.

Desde novembro de 1999, desempenha as funções de Elemento de Ligação Operacional entre o ministério da justiça e o CEGER — Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

De fevereiro de 2003 a janeiro de 2004, desempenhou funções de apoio informático, documental, legislativo e de expediente junto da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional.

De outubro de 1996 até outubro de 1999, desempenhou funções técnico-administrativas e de secretariado ao Gabinete de Cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

#### 4 — Formação complementar:

Diversos módulos de Informática na ótica do utilizador: *Word, Excel, Internet, Outlook*, em 1999.

A construção de perguntas nos inquéritos, em 2000.

Segurança das Matérias Classificadas, em 2003.

Gestão Documental SmartDocs, em 2006.

206254515

### Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça

#### Despacho n.º 9834/2012

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2, 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de motorista do meu Gabinete, José Luís Mota Peres, assistente operacional do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12, 13 e 14 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 1 de janeiro de 2012.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

23 de fevereiro de 2012. — O Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça, *Fernando Ferreira Santo*.

#### Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: José Luís Mota Peres.

Nacionalidade: Portuguesa.

Data de nascimento: 16 de setembro de 1971.

Habilitações académicas: 9.º Ano de Escolaridade.

Categoria Profissional: Assistente Operacional.

Formação profissional: Relações com o Público; Excel em Windows; Processamento de Texto do Word; Administração Pública — Direito e Deveres do funcionário; Curso de Condução Ativa e Defensiva; Curso de Segurança e Defesa Pessoal; Curso de Arvorado e Encarregado de Construções.

Experiência profissional:

Desde julho de 2011, exerce funções de motorista pessoal do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça;

De 30 de novembro de 2010 a julho de 2011, exerceu funções de motorista da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De novembro de 2009 a novembro de 2010, exerceu o cargo de motorista pessoal do Secretário de Estado da Justiça;

De março de 2007 a novembro de 2009, exerceu funções de motorista da Secretária-Geral do Ministério da Justiça;

De setembro de 2004 a março de 2007, exerceu funções de motorista do Inspetor-Geral do Ministério da Justiça;

De maio de 1994 a setembro de 2004, exerceu funções de motorista do Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

De janeiro de 1993 a maio de 1994, exerceu funções de encarregado, no setor privado;

De março de 1991 a janeiro de 1993, exerceu funções de motorista do Almirante General das Forças Armadas.

206254661

#### Despacho n.º 9835/2012

1 — Tendo presente a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, diploma que estabelece a natureza, a composição, a orgânica e o regime jurídico a que estão sujeitos os gabinetes dos membros do Governo, e a necessidade de conformar as designações para gabinete ministerial ocorridas após 1 de janeiro de 2012 ao diploma ora vigente, revogo o despacho n.º 800/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15, de 20 de janeiro de 2012.

2 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete a licenciada Cláudia Maria Barreiro Sanches, técnica superior do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de janeiro de 2012.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

23 de fevereiro de 2012. — O Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça, *Fernando Ferreira Santo*.

#### Nota curricular

I — Identificação:

Nome: Cláudia Maria Barreiro Sanches;  
Data de nascimento: 3 de fevereiro de 1972;  
Nacionalidade: portuguesa.

II — Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa (concluída em 2008);

Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas — variante de Português/Francês, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (concluída em 1998).

III — Formação profissional:

Entrevista de Avaliação de Competência — INA (2011);

Ação de formação na vertente de utilizador da Aplicação de Gestão Documental EDOCLINK — Link Consulting (2010);

Elaboração de textos profissionais e comunicação na Administração Pública — INA (2009);

Curso de Coaching, Liderança, Motivação e Gestão de Equipas — Direção-Geral de Segurança Social (2008);

Curso de Gestão Documental — ministrado pela Torre do Tombo, no âmbito da elaboração do projeto de Regulamento de Conservação Arquivística do Instituto da Segurança Social, I. P. (2006);

Ação de formação no âmbito da aplicação de Gestão Documental Smartdocs, da Fujitsu; (2004).

IV — Experiência profissional:

De 15 de fevereiro de 2009 a 30 de dezembro de 2011, exerceu funções no Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I. P., nomeada como secretária do conselho diretivo;

De janeiro de 2004 a fevereiro de 2009, desempenhou funções de técnica superior no apoio direto ao conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P.

De novembro de 2002 a dezembro de 2003, exerceu funções de apoio técnico-administrativo à assessoria especializada do conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P.

De janeiro de 2001 a outubro de 2002, desempenhou funções de secretária de apoio ao conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P.

De setembro de 1998 a junho de 1999, lecionou as disciplinas de Português e Francês na Escola Secundária Augusto Gomes, em Matosinhos.

206254612

### Despacho n.º 9836/2012

1 — À data da tomada de posse do XIX Governo Constitucional, encontravam-se a exercer funções de apoio técnico-administrativo nos gabinetes dos membros do Governo na área da justiça, ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, oito colaboradores cujas situações jurídicas assim estabelecidas foram iniciadas, nos casos mais antigos, em 1996 e, nos mais recentes, em 2005.

2 — Tais situações jurídicas tiveram sempre subjacente uma prestação ininterrupta de serviço, com sucessivas renovações de contrato preexistente ou com sucessão de novos contratos, pelo que tendo em vista a regularização de tais situações foi enviado ao Gabinete de S. Ex.ª o Ministro de Estado e das Finanças um processo com proposta de solução, aguardando-se a pronúncia daquele membro do Governo.

3 — Assim, até à decisão que venha a ser proferida por S. Ex.ª o Ministro de Estado e das Finanças no âmbito da proposta apresentada, e a fim de tutelar as legítimas expectativas daqueles colaboradores, designo, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2, 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao meu gabinete Ana Cristina Araújo Abrunhosa Espinheira, com fundamento na experiência acumulada de mais de 15 anos no exercício de funções de apoio técnico, ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, em gabinetes ministeriais na área da justiça.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de janeiro de 2012.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

11 de julho de 2012. — O Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça, *Fernando Ferreira Santo*.

### ANEXO

#### Nota curricular

##### 1 — Dados pessoais:

Nome — Ana Cristina Araújo Abrunhosa Espinheira;  
Nascida em 20 de julho de 1972, na freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa.

2 — Habilitações académicas — curso de Técnico de Gestão de Ambiente, nível III.

##### 3 — Experiência profissional:

Desde 20 de maio de 1996 e até 31 de dezembro de 2011, contratada ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros de governo na área da justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente;

De setembro de 1992 até março de 1995, desempenhou funções administrativas na área da contabilidade e na gestão de *stocks* na Gaspar Correia, S. A.;

De junho a agosto de 1992, desempenhou funções administrativas no programa «Cidadão e justiça».

##### 4 — Formação complementar:

Diversos módulos de informática na ótica do utilizador: Word, Excel, Access, gestão documental SmartDocs;

Curso de oficiais administrativos: introdução à Administração Pública;

Curso intensivo para liquidadores tributários.

206254604

### Despacho n.º 9837/2012

1 — À data da tomada de posse do XIX Governo Constitucional, encontravam-se a exercer funções de apoio técnico-administrativo nos gabinetes dos membros do Governo na área da justiça, ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, oito colaboradores cujas situações jurídicas assim estabelecidas foram iniciadas, nos casos mais antigos, em 1996 e, nos mais recentes, em 2005.

2 — Tais situações jurídicas tiveram sempre subjacente uma prestação ininterrupta de serviço, com sucessivas renovações de contrato preexistente ou com sucessão de novos contratos, pelo que, tendo em vista a regularização de tais situações, foi enviado ao Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças um processo com proposta de solução, aguardando-se a pronúncia daquele membro do Governo.

3 — Assim, até à decisão que venha a ser proferida pelo Ministro de Estado e das Finanças no âmbito da proposta apresentada, e a fim de tutelar as legítimas expectativas daqueles colaboradores, designo, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao meu Gabinete, Nuno Miguel Carona Rodrigues de Carvalho, com fundamento na experiência acumulada de mais de 8 anos no exercício de funções de apoio técnico, ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, em gabinetes ministeriais na área da justiça.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de janeiro de 2012.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

11 de julho de 2012. — O Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça, *Fernando Ferreira Santo*.

#### Nota curricular

Nome: Nuno Miguel Carona Rodrigues de Carvalho.

Data de nascimento: 3 de agosto de 1973.

Habilitações académicas e profissionais:

Frequenta a licenciatura de Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais de Lisboa (16 cadeiras feitas num total de 30);

Formação (INA) 2003 Programação em Excel; 2006 Assistentes Administrativos: Introdução à Administração Pública; 2007 Otimização e Gestão de Dados em Excel; 2009 Inglês Geral Nível II;

Formação (QUIDGEST) 2008 Gestão de veículos; 2008 Cadastro e Inventário de Bens; 2008 Gestão de Stocks; 2008 Apoio à Receção de Visitantes;

Formação (Centro de Emprego e Formação Profissional de Elvas) 1994 curso de pintura da construção civil;

Formação (Prosegur) 2003 Curso de Vigilante de Segurança Privada;

Formação (Cervantes) 2009 Nível B1.1 Espanhol.

##### Experiência profissional:

Desde 1 de novembro de 2003 e até 31 de dezembro de 2011, contratado ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da justiça, para o desempenho de funções de apoio administrativo e de manutenção de instalações e equipamentos;

15 de julho de 2003-14 de outubro de 2003 — vigilante na Prosegur;

2001-2003 — trabalhador por conta própria como pintor da construção civil de 1.ª classe;

1990-2000 — pintor da construção civil de 1.ª classe (encarregado geral) na empresa José Francisco Carona dos Santos.

206254645

### Despacho n.º 9838/2012

1 — À data da tomada de posse do XIX Governo Constitucional, encontravam-se a exercer funções de apoio técnico-administrativo nos gabinetes dos membros do Governo na área da justiça, ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, oito colaboradores cujas situações jurídicas assim estabelecidas foram iniciadas, nos casos mais antigos, em 1996 e, nos mais recentes, em 2005.

2 — Tais situações jurídicas tiveram sempre subjacente uma prestação ininterrupta de serviço, com sucessivas renovações de contrato preexistente ou com sucessão de novos contratos, pelo que, tendo em vista a regularização de tais situações, foi enviado ao Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças um processo com proposta de solução, aguardando-se a pronúncia daquele membro do Governo.

3 — Assim, até à decisão que venha a ser proferida pelo Ministro de Estado e das Finanças no âmbito da proposta apresentada, e a fim de tutelar as legítimas expectativas daqueles colaboradores, designo ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao meu Gabinete, Helena Maria Cardoso Salvador Pinto Almeida, com